



319

O Uso da Racionalidade Substantiva no Gerenciamento de Impressão em Relatórios Socioambientais

Mestre/MSc. [Letícia Bechara Silva](#), Doutor/Ph.D. [Gabriel Moreira Campos](#) [ORCID iD](#)

Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, Brazil

Mestre/MSc. Letícia Bechara Silva

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis

Doutor/Ph.D. Gabriel Moreira Campos

[0000-0002-1140-6570](tel:0000-0002-1140-6570)

Programa de Pós-Graduação/Course

Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis

Resumo/Abstract

Este trabalho visa investigar a abordagem racional predominante no uso de gerenciamento de impressão nas narrativas contábeis da Samarco Mineração S.A. e Fundação Renova, a partir da lente da Teoria da Legitimidade. Caracteriza-se como qualitativo, realizado por meio de pesquisa descritiva e explicativa. A análise de conteúdo foi feita a partir das Mensagens da Administração dos relatórios socioambientais da Samarco Mineração S.A. e da Fundação Renova referentes ao ano 2019, relacionados ao desastre ocorrido pela queda da barragem da Samarco em Mariana-MG, no ano de 2015. Foram utilizadas categorias adaptadas da literatura com base nos estudos de Serva (1996) e Tedeschi & Melburg (1984 como citado em Ogden & Clarke, 2005, p. 322), que se referem às racionalidades instrumental e substantiva e ao gerenciamento de impressão. Os resultados sugerem que a racionalidade substantiva teve predominância no relatório da Renova, porém foi utilizada na mesma medida que a racionalidade instrumental no relatório da Samarco. Infere-se, a partir da literatura e da análise dos dados, que isso ocorre devido a Samarco ter utilizado a estratégia de se distanciar do evento negativo, responsabilizando, assim, a Renova pelas ações reparatórias. Esta pesquisa possibilitou a análise das diferenças e semelhanças entre relatórios de empresas relacionadas a desastres ambientais e busca contribuir com o avanço da Teoria da Legitimidade, pois apresenta a importância do uso de aspectos socioambientais e econômico-financeiros para a evidenciação socioambiental, auxiliando na construção, recuperação ou manutenção da legitimidade organizacional.

Modalidade/Type

Artigo Científico / Scientific Paper



Área Temática/Research Area

Tópicos Especiais de Contabilidade (TEC) / Special Topics in Accounting

O Uso da Racionalidade Substantiva no Gerenciamento de Impressão em Relatórios Socioambientais

Resumo

Este trabalho visa investigar a abordagem racional predominante no uso de gerenciamento de impressão nas narrativas contábeis da Samarco Mineração S.A. e Fundação Renova, a partir da lente da Teoria da Legitimidade. Caracteriza-se como qualitativo, realizado por meio de pesquisa descritiva e explicativa. A análise de conteúdo foi feita a partir das Mensagens da Administração dos relatórios socioambientais da Samarco Mineração S.A. e da Fundação Renova referentes ao ano 2019, relacionados ao desastre ocorrido pela queda da barragem da Samarco em Mariana-MG, no ano de 2015. Foram utilizadas categorias adaptadas da literatura com base nos estudos de Serva (1996) e Tedeschi & Melburg (1984 como citado em Ogden & Clarke, 2005, p. 322), que se referem às racionalidades instrumental e substantiva e ao gerenciamento de impressão. Os resultados sugerem que a racionalidade substantiva teve predominância no relatório da Renova, porém foi utilizada na mesma medida que a racionalidade instrumental no relatório da Samarco. Infere-se, a partir da literatura e da análise dos dados, que isso ocorre devido a Samarco ter utilizado a estratégia de se distanciar do evento negativo, responsabilizando, assim, a Renova pelas ações reparatórias. Esta pesquisa possibilitou a análise das diferenças e semelhanças entre relatórios de empresas relacionadas a desastres ambientais e busca contribuir com o avanço da Teoria da Legitimidade, pois apresenta a importância do uso de aspectos socioambientais e econômico-financeiros para a evidenciação socioambiental, auxiliando na construção, recuperação ou manutenção da legitimidade organizacional.

Palavras-chave: Teoria da Legitimidade. Racionalidade substantiva. Gerenciamento de impressão.

1 Introdução

Em um contexto social voltado aos cuidados ambientais, a investigação sobre os relatórios de sustentabilidade ganha força e se justifica, pois é a partir desse tipo de documento que se fazem conhecidas as práticas ambientais adotadas pelas organizações, principalmente as que tem maior impacto socioambiental, possibilitando o acompanhamento das partes interessadas (Mata, Fialho & Eugênio, 2015).

A Contabilidade Social e Ambiental (CSA) tem sido amplamente desenvolvida ao longo dos anos, principalmente após a década de 1980, devido a um aumento no interesse das empresas, da sociedade e dos organismos de regulamentação por questões como auxílio na análise de informação das práticas organizacionais divulgadas em relatórios de sustentabilidade, comparação às práticas adotadas pelas empresas e identificação da motivação para a divulgação dos relatórios, justifica-se, então, a maior utilização da CSA (Mata et al., 2015).

Uma das motivações gerenciais para a divulgação de informações socioambientais, abordada neste trabalho, é a possibilidade de a organização obter legitimidade com seus *stakeholders*, principalmente após algum incidente que trouxe mídia negativa e, consequentemente, descrédito perante a sociedade (Deegan, 2002). Segundo Pires, Mourão, Oliveira, Sant'Anna e Arrigoni (2018), a percepção da imagem da empresa se modifica a partir dos impactos positivos e negativos trazidos para a sociedade, direta ou indiretamente, que afetem questões econômicas como oferta de emprego, arrecadação tributária e visibilidade para investimentos externos, além de questões socioambientais, como aumento na poluição, risco de desastres e crimes ambientais.

Por se tratar de um ambiente institucionalizado, regido por regras e normas sociais, o posicionamento organizacional é feito por meio de narrativas contidas nos relatórios administrativos e contábeis, que trabalham com o objetivo de amenizar os impactos causados por eventos negativos e de legitimar as decisões estratégicas tomadas pela organização a partir de tais eventos (Theiss & Beuren, 2019).

Os autores Merkl-Davies, Brennan e McLeay (2011) fornecem uma perspectiva complementar sobre o relato narrativo anual e em sua análise tratam sobre a possibilidade de que esses relatos contendam incrementos enviesados. Considerando a abordagem feita por esses autores e de acordo com seus achados, encontra-se um espaço para tratar de questões ambientais que trabalham conjuntamente com as sociológicas, buscando compreender como se dá o vínculo entre a Teoria da Legitimidade, as racionalidades instrumental e substantiva e o gerenciamento de impressão.

Sendo assim, nesta pesquisa, o assunto é tratado a partir da lente da Teoria da Legitimidade, que aborda a forma com que determinado sistema social, que tenha normas, valores e crenças socialmente desejáveis, percebe se as ações de uma organização estão enquadradas no que é considerado por ele como ética e moralmente aceitável (Brinkerhoff, 2005; O'Donovan, 2002; Suchman, 1995).

A organização, por sua vez, evidencia o posicionamento de suas práticas por meio dos relatórios que contêm narrativas contábeis, responsáveis por apresentar a visão própria da empresa, suscetível a diferentes interpretações, que visa enfatizar intencionalmente o bom desempenho econômico, financeiro, social e ambiental (Godfrey, Mather & Ramsay, 2003; Merkl-Davies et al., 2011).

As percepções e interpretações das informações, contidas nos relatórios acerca de normas, valores e interesses da sociedade, podem, então, ser manipuladas a partir do gerenciamento de impressão, a fim de recuperar a legitimidade após eventos negativos (Bolino et al., 2008; Bozeman & Kacmar, 1997; Clatworthy & Jones, 2003; Merkl-Davies & Brennan, 2011; Ogden & Clarke, 2005).

Uma das estratégias utilizadas para isso é a racionalidade substantiva, que é voltada aos valores éticos e morais socialmente aceitos, é determinada pela inconsistência entre o real e o ideal e se motiva a reestabelecer a legitimidade por meio da gestão simbólica mediante os *stakeholders*, a partir das narrativas contábeis (Merkl-Davies & Brennan, 2011; Serva, 1996).

Com base no estudo de Theiss e Beuren (2019), que teve como objetivo investigar o uso das racionalidades instrumental, retrospectiva e substantiva no gerenciamento de impressão das narrativas contábeis quando do desastre em Mariana/MG, aborda-se com maior profundidade neste trabalho o posicionamento sociológico da racionalidade substantiva. Nesse sentido, a abordagem escolhida tem o enfoque voltado para o contexto social e os impactos que os relatos têm sobre o cotidiano.

Para a análise dos relatórios, foram utilizadas categorias advindas de estudos que tratam primordialmente de gerenciamento de impressão (Tedeschi & Melburg, 1984 como citado em Ogden & Clarke, 2005, p. 322), mas vinculando-as também a categorias que emergiram de estudos sobre a racionalidade instrumental e substantiva (Serva, 1996), intercalando o uso de resultados econômicos e financeiros característicos da instrumentalidade e de valores éticos e morais socialmente aceitos característicos da racionalidade substantiva, na execução do artefato gerencial que objetiva manipular a percepção das narrativas.

Isso possibilitou a exposição da importância de valores éticos e morais, equilibrando a realização organizacional com a satisfação social, afinal as instituições, por meio de seus contratos sociais implícitos, não refletem somente interesse no desempenho econômico-financeiro a partir de cálculos utilitários e maximização de recursos, mas também interesses sociais com base em valores (Serva, 1997).

Uma análise nesse sentido complementa a abordagem feita no trabalho de Pires et al. (2018), que relaciona a legitimidade da Samarco Mineração S.A. após o desastre ambiental e a percepção de parte da sociedade que foi afetada direta ou indiretamente pelo evento sobre as atividades da empresa.

Conforme os achados de Kibler, Mandl, Kautonen e Berger (2017), para se retomar a legitimidade após um evento negativo, existe uma estratégia eficaz de gerenciamento de impressão que é se distanciar da falha ocorrida.

Observando isso, faz-se necessária a análise não somente dos relatórios da Samarco, mas também da Fundação Renova. Ela foi criada pela Samarco juntamente com as empresas que compõem sua estrutura de capital, Vale S.A. e BHP Billiton, para definir e colocar em prática as ações de reparo após o ocorrido. Analisar as narrativas da Samarco e da Renova, então, complementa o trabalho de Pires et al. (2018), pois auxilia a entender as motivações e a forma com que a organização elabora seus relatórios.

A partir do estudo desse fenômeno, no âmbito do rompimento da barragem em Mariana-MG no ano de 2015, revela-se uma oportunidade de explicar cientificamente uma realidade que impacta a vida de milhões de pessoas nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, tanto do ponto de vista econômico como sociológico, além de contribuir para a literatura que trata da evidencição de dados socioambientais das organizações.

Dessa forma, o trabalho tem como objeto as narrativas contidas nas mensagens da administração dos relatórios referentes ao ano 2019, relativos a questões socioambientais das organizações Samarco Mineração S.A. e Fundação Renova, que tratam da tragédia ocorrida na cidade de Mariana/MG no dia 5 de novembro de 2015 na barragem de Fundão, segunda maior da empresa em extensão e volume, no subdistrito Bento Rodrigues da cidade de Mariana/MG. No total ocorreram 19 mortes e foram despejados 43,7 milhões de m³ de rejeitos da barragem de Fundão que atingiram a barragem de Santarém, Bento Rodrigues e diversos rios até desaguar no mar, no estado do Espírito Santo (Samarco Mineração S. A., 2017).

Sendo assim, este estudo procura responder o seguinte problema de pesquisa: **Qual a abordagem racional predominante no uso de gerenciamento de impressão nas narrativas contábeis da Samarco Mineração S.A. e Fundação Renova, a partir da lente da Teoria da Legitimidade?** E seu objetivo geral é **investigar a abordagem racional predominante no uso de gerenciamento de impressão nas narrativas contábeis da Samarco Mineração S.A. e Fundação Renova, a partir da lente da Teoria da Legitimidade.**

Para responder à questão de pesquisa são formulados os seguintes objetivos específicos: identificar as semelhanças e diferenças entre as narrativas contidas nos relatórios; investigar como se deu o uso de gerenciamento de impressão; verificar a racionalidade predominante no gerenciamento de impressão das narrativas contábeis; e determinar a intensidade da racionalidade substantiva nas narrativas contábeis analisadas a partir do *continuum* de Serva (1996).

A presente pesquisa tem uma abordagem qualitativa e foi realizada por meio da análise de conteúdo das narrativas contábeis das empresas Samarco e Renova. A metodologia adotada é fruto do levantamento dos artigos voltados à divulgação de relato ambiental entre 2006 e 2011 realizado por Mata et al. (2015), que resultou na constatação de que a maioria dos trabalhos utilizou análise de conteúdo dos relatórios das empresas dos setores químico, petrolífero, metalomecânico e extrativo, devido a sua credibilidade, regularidade, facilidade de acesso e utilidade. A maior parte dos trabalhos analisados por esse estudo utilizou a Teoria da Legitimidade como principal lente de compreensão, por permitir explicar as motivações de práticas de divulgação voluntária de informação ambiental e, conseqüentemente, permitir que este trabalho verifique a construção dos relatórios e suas intenções.

Como relevância e justificativa para a presente pesquisa, apresenta-se a necessidade de preencher uma lacuna existente na literatura, identificada a partir do trabalho de Theiss e Beuren (2019), visto que foi realizada análise de conteúdo das narrativas contidas somente em relatórios da Samarco sem contemplar a Fundação Renova, responsável por colocar em prática as ações definidas entre a Samarco, o Poder Público e a sociedade, por meio de seus representantes. Essa complementação possibilita a comparação entre as narrativas, além de permitir uma investigação mais aprofundada sobre o posicionamento da Samarco por integrar as categorias de análise advindas da perspectiva do gerenciamento de impressão e da racionalidade instrumental e substantiva, que foram tratadas separadamente no trabalho das autoras citadas, utilizando uma base de valores éticos e morais socialmente aceitos.

Também possibilita avançar com a Teoria da Legitimidade por meio do posicionamento sociológico da racionalidade substantiva, o que pode gerar novas contribuições relacionadas ao entendimento das motivações gerenciais e das influências corporativas para evidenciação de ações socioambientais em seus relatórios, corroborando com os argumentos de Deegan (2019) para enriquecimento do arcabouço teórico, potencializando assim mudança socioambiental positiva.

2 Revisão de Literatura

2.1 Teoria da Legitimidade

No período de 1960 a 1970, houve uma mudança na visão sobre o que era considerado legítimo e aceitável no cenário empresarial. Até então, empresas que geravam lucro e tinham bom desempenho econômico e financeiro eram consideradas legítimas, entretanto, após a década de 70, os *stakeholders* passaram a ter uma percepção diferente de sucesso empresarial, considerando as consequências do desempenho econômico-financeiro no mundo corporativo (Patten, 1992).

O termo legitimidade se originou na ciência política (Selznick, 1952) e é definido como a forma com que determinado sistema social, que tenha normas, valores e crenças socialmente desejáveis, percebe se as ações de determinada organização estão enquadradas no que é considerado por ele como ética e moralmente aceitável (Suchman, 1995).

Nesse contexto, a Teoria da Legitimidade se deu de um desdobramento da Teoria Política Econômica. Essa lente teórica propõe que uma forma de as organizações atingirem, manterem ou recuperarem a legitimidade perante as partes interessadas é a publicação de relatórios socioambientais. Sendo assim, quando ocorre algum evento que desestabilize sua legitimidade, comprometendo os recursos fornecidos pelos *stakeholders*, sejam eles financeiros ou não, a organização se utiliza desse meio para voltar a ser reconhecida como legítima. Isso acontece porque as empresas estabelecem um contrato social implícito com a sociedade que serve para remediar os impactos socioambientais oriundos da atividade organizacional. Se alguma expectativa deixa de ser atendida, as decisões e percepções dos *stakeholders* passam a impactar o funcionamento da organização, muitas vezes impedindo-a de operar e, conseqüentemente, desencadeando uma série de prejuízos operacionais e financeiros (Braga & Salotti, 2008; O'Donovan, 2002).

Além da necessidade de recuperar a legitimidade após algum evento que traga prejuízo a atividade organizacional, nas últimas décadas, passou a se buscar também a Licença Social para Operar (LSO). Trata-se de uma licença subjetiva concedida pela comunidade afetada que é sensível aos efeitos positivos e negativos do funcionamento da empresa e que tem poder para influenciar na atuação e operação organizacional (Vilhena, 2019).

A LSO surgiu da necessidade de as empresas continuarem suas atividades em um contexto de aumento da preocupação relativa aos impactos socioambientais oriundos de sua atividade, o que fez com que bons resultados financeiros e econômicos deixassem de ser

suficientes para a sociedade. Dessa forma, os entes sociais passaram a demandar maior espaço de participação na tomada de decisões no que se refere às interferências no âmbito socioambiental a fim de que suas expectativas fossem atendidas, a requisitar retorno da riqueza extraída do meio ambiente à sociedade, além de exercer pressão junto aos órgãos reguladores, mídias e governo - partes interessadas nas atividades e impactos da organização (Deloitte, 2020; Prno & Slocombe, 2012; Vilhena, 2019).

Para melhor entendimento da relação entre a empresa e essas partes, é necessário compreender então o que é um *stakeholder*. Para Freeman (1984), pode ser entendido como a parte que influencia ou é influenciada pelas decisões e práticas empresariais, sejam essas partes pessoas físicas, jurídicas ou entidades governamentais.

Segundo Archel, Husillos, Larrinada e Spence (2009), quando há violação dos interesses sociais e não cumprimento do que a sociedade percebe como moralmente correto e apropriado a partir da relação organização-*stakeholder*, uma intervenção imediata do governo se faz necessária para garantir correta regulamentação que sirva para monitorar as operações empresariais e sancionar, quando cabível, de forma imediata.

Por isso, grandes organizações que tenham atividades mais propensas a danos socioambientais sofrem maiores pressões do governo, de entidades sociais e da sociedade em geral, e, por isso, têm maior nível de evidenciação socioambiental em seus relatórios, pois precisam demonstrar aos grupos de pressão que suas atividades são legítimas (Magness, 2006).

A Teoria da Legitimidade proporciona uma explicação para a divulgação de relatórios socioambientais e tem sido muito utilizada para esse fim nos últimos anos, visto que ela possibilita entender a razão e a motivação de evidenciar estratégias que objetivam alcançar aprovação social para manter suas atividades, estreitando sua relação e possibilitando o acompanhamento dos *stakeholders* sobre suas operações (Guidry & Patten, 2012; O'Donovan, 2002).

A partir da definição dada por Suchman (1995) para o que é legitimidade (a forma com que o sistema aceita as ações de determinada organização), ele determina três tipos: normativa, que é quando a empresa segue as normas, leis, regulamentos e procedimentos definidos como aceitáveis e desejáveis pela sociedade; pragmática, quando a organização entrega produtos e serviços esperados por seus *stakeholders*, suprimindo suas necessidades em troca de apoio; e cognitiva, que é quando a empresa tem objetivos que sejam alinhados com os da sociedade e que estejam em constante percepção de o que é moralmente aceito.

Com isso, Brinkerhoff (2005) determina as fontes da legitimidade, que são lei; padrões e normas; e expectativa de desempenho. Porém, mesmo que a organização alcance excelência em todos os aspectos da legitimidade, mudanças na concepção da sociedade de o que é correto, moral e ético, alterações na regulamentação, normas e leis anteriormente definidas e eventos negativos que ocorram no decorrer das atividades organizacionais podem colocar em risco a legitimidade da organização e, por isso, os gestores devem estar atentos a mudanças que sejam necessárias à continuidade operacional da organização.

Como meio de informar seus *stakeholders* sobre suas ações em busca de legitimidade, a organização faz uso da divulgação contábil, que objetiva produzir informações referentes ao desempenho econômico, financeiro, social e ambiental que sejam úteis para a tomada de decisão racional, seja ela interna ou externa, além de viabilizar planejamento e controle (Tinoco & Kraemer, 2011).

Apesar disso, por não terem regulamentação que padronize sua forma de elaboração, as empresas têm abertura para empregar vieses que induzam a visão do *stakeholder*, a fim de anular possíveis ameaças a legitimidade de suas atividades e, conseqüentemente, diminuir os empecilhos operacionais (Archel et al., 2009).

Dessa forma, a Teoria da Legitimidade permite a busca pelo entendimento sobre a razão para a utilização de artifícios gerenciais e abordagens racionais que explorem a seletividade e parcialidade dos relatórios socioambientais para a gestão da percepção dos *stakeholders* (Villiers & Staden, 2006).

2.2 Racionalidade instrumental e substantiva

Os relatórios contábeis são elaborados para os *stakeholders*, como evidenciado no tópico anterior. Entretanto, a literatura aponta que a elaboração dessas narrativas pode ser feita com base em diversas perspectivas, a fim de alcançar atribuições desejadas (Merkl-Davies & Brennan, 2011; Merkl-Davies et al., 2011).

A perspectiva mais comum e antiga é a da racionalidade instrumental econômica, que parte do pressuposto de que serão escolhidas as melhores alternativas a fim de maximizar a utilidade, sendo elas sempre muito bem definidas e estáveis (Merkl-Davies et al., 2011), além de envolver a razão no processo de decisão para que se opte pelo melhor meio para atingir o melhor fim (Tomer, 2008).

O estudo feito por Merkl-Davies e Brennan (2011) aborda, além da econômica citada anteriormente, mais três perspectivas: psicológica/comportamental, sociológica e crítica. A econômica, fundamentalmente instrumental, foi o ponto de início que gerou discussões sobre a possibilidade de analisar outras abordagens. Ela pressupõe que as decisões gerenciais são resultado de uma análise racional com o propósito de maximizar a utilidade. Porém, ao considerar somente a racionalidade da escolha, distancia-se da realidade em que o ambiente é incerto e as habilidades, preferências, expectativas e demandas das partes interessadas são heterogêneas (Hines, 1989).

Por isso, quando se trata de relatórios organizacionais, considera-se que existe um contexto social por trás das decisões, inclusive de quais informações serão evidenciadas, a partir de normas e regras sociais. Nesse sentido, há a necessidade de se voltar o olhar para uma perspectiva sociológica e substantiva que vise objetivos que vão além dos organizacionais (Weber, 1968).

Este trabalho tomou como base a perspectiva da racionalidade substantiva, que possibilita explicar os impactos de eventos negativos, a fim de gerenciar as percepções da sociedade através da gestão de símbolos considerados éticos e corretos, com o objetivo de reconquistar a legitimidade da organização. A base sociológica por trás da evidenciação de narrativas contábeis dessa perspectiva se fundamenta na Teoria da Legitimidade, Teoria dos *Stakeholders* e Teoria Institucional e considera os fatores internos e externos ao contexto (Merkl-Davies et al., 2011).

Por considerar questões substantivas e simbólicas da racionalidade, os autores Ashforth e Gibbs (1990) diferenciam essas duas subdivisões para auxiliar no entendimento da utilização da abordagem sociológica. O gerenciamento substantivo se caracteriza por proporcionar uma mudança real e efetiva nas práticas organizacionais, já o gerenciamento simbólico utiliza estratégias que não concretizam as mudanças propostas, como adoção de metas socialmente aceitáveis, redefinição de meios e conformidade cerimonial, além de separar o evento negativo das atividades regulares da organização.

A racionalidade substantiva trata de questões socioambientais e visa alinhar as normas e valores da organização com os da sociedade, a fim de ganhar, manter ou reestabelecer a legitimidade organizacional, adotando estratégias que visam atender as demandas e expectativas de seus *stakeholders* (Merkl-Davies et al., 2011).

Com a adoção de vertentes psicológicas, críticas e, nesse caso, sociológicas, é possível verificar como é construído o processo de gerenciamento de impressão em suas diversas formas, analisando de forma mais extensa e profunda suas causas e efeitos, aprimorando assim a perspectiva econômica, o que mostra a possibilidade do uso concomitante de mais de

uma abordagem racional, sendo ele equilibrado ou mais tendencioso à racionalidade instrumental ou substantiva, de acordo com o alcance desejado pela organização a partir de suas narrativas (Merkl-Davies & Brennan, 2011).

2.3 Gerenciamento de impressão

O termo gerenciamento de impressão é considerado pela Teoria da Legitimidade como uma forma de se alinhar às normas, valores e interesses da sociedade a fim de recuperar a legitimidade ao se enfrentar ameaças a continuidade após eventos negativos como desastres ambientais que afetam a segurança da sociedade (Merkl-Davies et al., 2011).

Um entendimento complementar sobre o termo gerenciamento de impressão é de que ele é um artifício gerencial que serve para manipular, de forma que não se caracterize fraude, as interpretações e percepções dos *stakeholders* sobre o conteúdo dos relatórios, que trate do posicionamento financeiro e das práticas organizacionais com o intuito de criar, manter ou recuperar a legitimidade (Bolino et al., 2008; Bozeman & Kacmar, 1997; Moreira, 2018).

Para os autores Merkl-Davies et al. (2011), o termo gerenciamento de impressão pode ser definido, também, como uma prática de gestores que tem a possibilidade de formular a narrativa contábil de forma tendenciosa a majorar os resultados positivos e minorar os negativos.

Por considerar que o gerenciamento de impressão é a forma pela qual se controla a percepção de partes interessadas, deve-se analisar seu caráter social. Ele surge da necessidade de se reestabelecer um padrão de confiança nas operações organizacionais perante a sociedade e utiliza as narrativas contábeis para gerir a impressão de realinhamento das normas e valores sociais, utilizando-se de gestão simbólica, de forma clara e acessível aos usuários (Clatworthy & Jones, 2003; Merkl-Davies & Brennan, 2011).

Como o gerenciamento de impressão é feito pela empresa subentende-se que existe assimetria de informação, pois os responsáveis por sua elaboração conhecem as transações organizacionais em maior profundidade do que os *stakeholders*. Com essa vantagem, os gerentes utilizam os relatórios contábeis para manipular as evidenciações e apresentar as informações de forma a distorcer a compreensão dos leitores, pois esses relatórios são considerados como veículos de apresentação da visão própria da empresa, a fim de enfatizar o desempenho organizacional (Godfrey et al., 2003).

Segundo Merkl-Davies et al., (2011), o gerenciamento de impressão permite que os resultados positivos da organização sejam evidenciados de forma precisa e clara em detrimento dos negativos, que são relatados de forma indefinida e confusa, delineando antecipadamente as percepções das partes interessadas sobre o desempenho econômico, financeiro, social e ambiental. Além disso, possibilita atribuir os resultados positivos ao bom gerenciamento da organização e os negativos a fatores externos, distanciando-se da responsabilidade do evento negativo (Aerts, 1994).

A elaboração do relato corporativo utilizando o gerenciamento de impressão é proativa quanto à percepção do público, possibilitando a organização assumir a responsabilidade por eventos negativos de forma controlada, a fim de enfatizar a esporadicidade das falhas em suas operações, remediando antecipadamente os efeitos indesejados advindos de pressões públicas, midiáticas ou governamentais (Suchman, 1995).

Portanto, o gerenciamento de impressão é útil para neutralizar os possíveis danos à perda da legitimidade, seja de forma a manipular a evidenciação dos resultados antes de sua divulgação ou justificando as causas dos eventos, selecionando quais informações e a forma que serão apresentadas, a fim de influenciar o entendimento do leitor (Godfrey et al., 2003).

Ao empregar a racionalidade simbólica descrita por Ashforth e Gibbs (1990), os gestores podem utilizar estratégias que façam com que as práticas organizacionais pareçam estar alinhadas com as regras e normas institucionalizadas e socialmente desejáveis e aceitas,

mesmo que não seja o reflexo da realidade, utilizando a evidenciação, por exemplo, de credenciais e certificados ambientais conquistados pela organização, a fim de justificar decisões, evitar intervenções advindas de pressões externas e legitimar ações.

Por ser considerado um documento suscetível a interpretações, os relatórios socioambientais podem ser influenciados pelo comportamento intencional, com o objetivo de manipular ou incrementar informações, sem que se caracterize fraude. O gestor, que elabora o relatório, faz essa manipulação por meio de descrições, documentações, interpretações e explicações, fornecendo uma visão pessoal, enviesada ou não, da realidade organizacional, isso para que possíveis consequências da evidenciação não sobrevenham a ele próprio ou a empresa (Merkl-Davies et al., 2011).

3 Metodologia

3.1 Abordagem metodológica

A presente pesquisa utiliza a abordagem qualitativa para compreender a realidade de um fenômeno específico dentro de determinado contexto por meio de pesquisa documental, descritiva e explicativa ((Bauer, Gaskell & Allum, 2002; Flick, 2004; Gil, 2010; Merriam, 2002).

O objeto do estudo são as mensagens da administração contidas nos relatórios socioambientais das empresas Samarco Mineração S.A. e Fundação Renova referentes ao ano 2019, que tratam da tragédia ocorrida na cidade de Mariana/MG. O desastre foi de responsabilidade da Samarco Mineração S.A. e aconteceu no dia 5 de novembro de 2015 na barragem de Fundão, segunda maior da empresa em extensão e volume, no subdistrito Bento Rodrigues da cidade de Mariana/MG. No total, ocorreram 19 mortes e foram despejados 43,7 milhões de m³ de rejeitos da barragem que atingiram a barragem de Santarém, Bento Rodrigues e rios, até desaguar no mar, no estado do Espírito Santo (Samarco Mineração S. A., 2017).

Os relatórios de sustentabilidade analisados foram coletados diretamente nos *websites* corporativos das organizações analisadas, especificamente as mensagens da administração, parte selecionada para análise mais aprofundada.

O tratamento dos dados, então, se deu a partir da análise de conteúdo, que se inicia com a classificação e codificação das unidades de registro elaboradas de acordo com sua frequência ou significado, o que permite que o material seja válido para a análise. Em sequência, categorias foram criadas a partir da divisão inicial, suportadas por modelos teóricos ou construídas com base em classificação análoga (Bardin, 2004; Flick, 2004).

A pré-análise na fase de classificação foi feita a partir de uma leitura flutuante, com objetivo de organizar o material textual, para em seguida se iniciar a fase de exploração a fim de determinar os códigos a serem utilizados, relacionando-os posteriormente com as categorias estabelecidas na literatura (Bardin, 2004; Gil, 2010). Nessa etapa também houve a cooperação de duas pesquisadoras que utilizam a análise de conteúdo em suas pesquisas e tem afinidade com o tema, que corroboraram para que o entendimento sobre as categorias e subcategorias pré-determinadas estivesse alinhado com os dados, com a literatura e com a Teoria na fase da pré-análise.

Após a determinação das categorias, foi possível verificar qual a racionalidade predominante nas narrativas contábeis, considerando a coexistência da instrumental e da substantiva em todas as interações organizacionais na realidade estudada, o que permite aprofundar a análise ao verificar sua intensidade por meio de um *continuum*, assim como no estudo de Serva (1996). Ele buscou classificar as organizações em totalmente instrumental, mínima, baixa, média, elevada, muito elevada ou totalmente substantiva, como é evidenciado na Figura 1. Para isso, é necessário situar as organizações na média dos indicadores da

racionalidade instrumental e substantiva de seus relatórios, o que possibilita a verificação da intensidade de sua racionalidade.

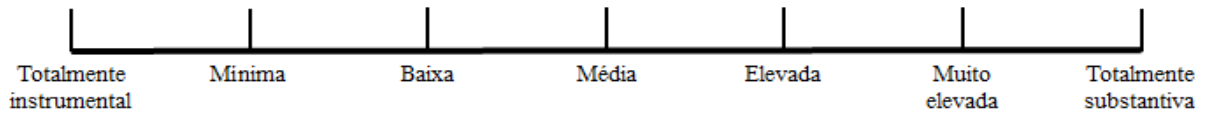


Figura 1: *Continuum* de intensidade da racionalidade substantiva.

Fonte: Recuperado de “Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas”, de M. Serva, 1996, Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV, p. 351.

Então, os dados foram interpretados, etapa que os tornaram válidos e significativos, além de possibilitar inferências mais específicas sobre o estudo, efetivando as contribuições propostas e aprimorando o conhecimento nessa área.

3.2 Codificação e operacionalização das categorias

Para que haja clareza nos critérios utilizados na categorização dos códigos e posterior análise crítica e reflexiva, trazendo validação para a metodologia adotada, neste tópico são descritos as categorias e subcategorias advindas da literatura e Teoria explicitadas no tópico que trata do referencial teórico.

A Tabela 1 aborda as descrições das subcategorias referentes ao gerenciamento de impressão:

Tabela 1:

Categorias do gerenciamento de impressão

Categoria	Subcategoria	Descrição
Assertiva	Aprimoramento	Melhorias específicas que foram instituídas para atender a determinada demanda.
	Autopromoção	Convencer o público sobre qualidades positivas da organização.
	Direito	Reivindicações de responsabilidade e tentativas de obter crédito por eventos positivos, se apropriando dos benefícios advindos de sua atividade.
	Exemplificação	Atuar como modelo ou exemplo de alguma conduta moralmente virtuosa ou de princípios.
	Insinuação	Comunicação de melhorias com o objetivo de obter a aprovação de um determinado público. Evidencia o que foi aprimorado, mas enfatiza principalmente os benefícios trazidos.
Defensiva	Desculpa	Aceita a responsabilidade por um evento negativo e suas consequências, além de ser acompanhada por uma promessa de se comportar de forma mais adequada no futuro.
	Dissociação	Busca se distanciar de um evento que é indesejável ou tem implicações negativas.
	Justificativa	Aceita a responsabilidade por um evento negativo, mas não aceita quaisquer implicações e consequências que possam ser atribuídas a eles, ou mostra que qualquer dano causado pode ser compensado por consequências positivas.
	Pretexto	Busca evitar ou negar a responsabilidade por um evento, incluindo suas consequências.

Adaptado de “Impression management and influence in organization”, de J. T. Tedeschi e V. Melburg, 1984 como citado em Ogden & Clarke, 2005, p. 322.

Já na Tabela 2, são descritas as subcategorias referentes às racionalidades instrumental e substantiva:

Tabela 2:
Categorias das racionalidades

Categoria	Subcategoria	Descrição
Instrumental	Cálculo	Projeção utilitária das consequências dos atos humanos.
	Êxito e resultado	Alcance de padrões, níveis, estágios e situações que são considerados como vitoriosos diante de processos competitivos numa sociedade capitalista.
	Fins	Metas de natureza técnica, econômica ou política.
	Maximização de recursos	Busca da eficácia e eficiência máximas no tratamento de recursos disponíveis, quer sejam humanos, materiais, financeiros, técnicos, energéticos ou ainda, de tempo.
	Utilidade	Valor generalizado nas interações
Substantiva	Autenticidade	Demonstração de integridade nas interações (honestidade e franqueza dos indivíduos).
	Entendimento	Ações a partir de normas e acordos que beneficiarão a sociedade, estabelecidos por consensos racionais, mediados pela comunicação livre, coordenando atividades comuns sob o respaldo da responsabilidade e satisfação social.
	Valores emancipatórios	Comprometimento com os valores de mudança, aperfeiçoamento do social, bem estar coletivo, solidariedade, respeito à individualidade e liberdade, presentes nos indivíduos e na empresa.

Adaptado de “Racionalidade e organizações: o fenômeno das organizações substantivas”, de M. Serva, 1996, Dissertação de Mestrado, Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV.

Seguindo os critérios acima na fase de categorização, foi possível garantir que a integração, interpretação e sintetização dos dados se fundamentassem nas ideias que foram derivadas da Teoria, permitindo então a articulação de novos *insights* e garantindo que as evidências sobrepusessem os preceitos pessoais, além de explicar as conexões entre os resultados, a literatura e a Teoria.

4. Análise dos Resultados

4.1 O uso de gerenciamento de impressão

Neste tópico, são relatados os dados, presentes na Tabela 3, e as análises das Mensagens da Administração constantes no relatório da Samarco e da Renova, ambos referentes ao ano 2019.

Tabela 3:
Frequência dos códigos do gerenciamento de impressão

Categoria	Subcategoria	Contagem de códigos		Frequência	
		Samarco	Renova	Samarco	Renova
Assertiva	Aprimoramento	21	4	30.0%	10.5%
	Autopromoção	9	6	12.9%	15.8%
	Direito	6	3	8.6%	7.9%
	Exemplificação	8	12	11.4%	31.6%
	Insinuação	11	12	15.7%	31.6%
SUBTOTAL		55	37	78.6%	97.4%
Defensiva	Desculpa	1	-	1.4%	-
	Dissociação	4	1	5.7%	2.6%
	Justificativa	8	-	11.4%	-
	Pretexto	2	-	2.9%	-
SUBTOTAL		15	1	21.4%	2.6%
TOTAL		70	38	100%	100%

Por se tratar de um período em que a Samarco já havia recuperado parte da sua legitimidade cinco anos após o acidente, por meio de licenças governamentais e de órgãos regulatórios, e que já havia vistas ao retorno operacional da empresa, nota-se a predominância de posicionamentos assertivos sobre as informações retratadas, que correspondem a 78.6% do total de códigos, representando a soma dos percentuais referentes à categoria assertiva.

No relatório da Samarco, foram encontradas ênfases nos aprimoramentos feitos nos processos, na insinuação de benefícios trazidos pelas melhorias e na autopromoção a partir de competências desenvolvidas ao longo da história da empresa (30%, 15.7% e 12.9%, respectivamente). É importante ressaltar que, mesmo em menor medida, todas as categorias e subcategorias pré-estabelecidas na literatura foram observadas no relatório da Samarco. Como exemplificação, foram identificados 11.4% dos códigos e, com menor ênfase se comparada às demais subcategorias, 8.6% foram referentes a direito.

Ainda se tratando da categoria assertiva, destaca-se o relatório da Renova que teve 97.4% dos códigos identificados como tal, sendo 31.6% referentes à exemplificação, 31.6% à insinuação, 15.8% à autopromoção, 10.5% à aprimoramento e, por fim, 7.9% referentes à direito.

O fato de as duas organizações enfatizarem os posicionamentos assertivos em detrimento dos defensivos ratifica o que foi dito por Merkl-Davies et al. (2011), que empresas que utilizam o gerenciamento de impressão em busca de legitimidade tendem a majorar resultados positivos e minorar os negativos. Isso se dá pelo fato de que as organizações estudadas se preocupam em evidenciar os aspectos positivos de sua atividade, mostrando à sociedade sua relevância para a economia local pela geração de empregos, de renda aos governos municipal, estadual e federal, de consequentes melhorias a saúde, educação e cultura, já que a comunidade se tornará atrativa a partir do retorno de sua operação, além de enfatizar que o produto advindo de sua atividade traz aprimoramento de tecnologias e avanços para diversos produtos secundários, conforme evidenciado nos relatórios analisados.

Ainda, em concordância com os supracitados autores, a baixa evidenciação dos impactos negativos tende a levar os *stakeholders* a suavizar as críticas e pressões, visto que o custo em relação aos benefícios, a partir da evidenciação, torna-se consideravelmente insignificante.

Considerando que a Renova, organização criada pela Samarco após a ocorrência da queda da barragem, é responsável pelas ações reparatórias, entende-se a razão pela qual as subcategorias exemplificação e insinuação têm destaque, visto que é principalmente a partir delas, de acordo com suas definições, que se mostra o esforço das instituições em seguir rigidamente as determinações feitas pelos órgãos reguladores e pelas reivindicações sociais, sejam elas compulsórias ou não, e quais os benefícios diretos advindos das melhorias realizadas, a fim de que os *stakeholders* vejam a importância do bom funcionamento e do retorno à operacionalização das atividades da organização.

Isso se alinha ao que Brinkerhoff (2005) enfatiza que a principal fonte de legitimidade é a conformidade com as leis, padrões e normas reguladas por órgãos, entes sociais e federativos responsáveis por garantir o cumprimento dessas. Percebe-se esse alinhamento entre os achados e a literatura quando as organizações citam em seus relatórios quais os regulamentos, leis e procedimentos estão sendo por elas observados, além de quais demandas sociais estão sendo atendidas, buscando recuperar sua validade perante os *stakeholders*.

Adicionando explicação sobre esse fato, Suchman (1995) determina que seguir leis, normas, regulamentos e procedimentos, além de atender às expectativas dos *stakeholders* quanto aos benefícios trazidos a eles pela operação da empresa, melhora seu posicionamento mediante a sociedade, mostrando assim o interesse da Samarco e da Renova em buscar sua legitimidade a partir desses elementos, complementando o que é evidenciado pelo autor.

Pelo fato de as duas organizações terem enfatizado os posicionamentos assertivos sobre suas ações, aumentam-se os aspectos que corroboram com os estudos de O'Donovan (2002) e Suchman (1995). Esses trabalhos concluem que organizações que buscam manter a legitimidade destacam suas conquistas financeiras, sociais e ambientais, além dos benefícios trazidos por sua atuação na sociedade. Os achados desta pesquisa complementam os trabalhos supracitados na medida em que mostram a preocupação das organizações em evidenciar os atendimentos às demandas de melhorias operacionais, incluindo a segurança nos processos, a diligência em seguir as leis, normas e procedimentos instaurados para sua atividade, além de destacar as ações realizadas para atender a comunidade afetada, seja com recursos financeiros ou com setores e/ou gerências que assumem papel de intermediários entre os interesses organizacionais, governamentais e sociais.

Ainda, os achados evidenciam que as afirmativas que enfatizam o aprimoramento e as insinuações relacionadas a melhorias reais nos processos operacionais e gerenciais da Samarco mostram o uso de gerenciamento substantivo e não somente simbólico, que proporciona mudanças reais e efetivas nas práticas da empresa, assim como descrito por Ashforth e Gibbs (1990). Essa inferência pode ser feita, pois foi identificada a existência de setores e espaços em plena atividade, como o Sistema Integrado de Segurança, o Centro de Monitoramento e Inspeção, a Ouvidoria, o Fórum de Observadores e a Curadoria de Impactos, que permitem o desenvolvimento de debates entre a sociedade e a organização acerca das expectativas geradas a partir de sua operação, além de quais melhorias pontuais estão sendo realizadas, sejam elas no quesito segurança ou reparação financeira e estrutural das comunidades circunvizinhas.

Em contrapartida, as afirmativas que se enquadram na categoria defensiva no relatório da Samarco correspondem somente a 21.4% dos códigos e se referem principalmente a justificativas dadas a partir do reconhecimento dos impactos trazidos após o incidente, se mantendo distante da responsabilidade e sem dar ênfase aos prejuízos socioambientais, representando 11.4% do total de códigos. As demais subcategorias vinculadas a afirmativas defensivas mostram ainda menor impacto, sendo que a dissociação representa 5.7%, o pretexto 2.9% e as desculpas 1.4%.

Já se tratando do relatório da Renova, é possível verificar que somente 2.6% dos códigos se enquadraram na categoria defensiva, especificamente na subcategoria dissociação, que procura manter um distanciamento entre a organização e o evento e suas consequências.

A evidenciação de afirmativas defensivas nas duas empresas se justifica na literatura por tratar do controle da organização em prever e determinar o nível de responsabilidade assumida por eventos negativos vinculados a ela, inclusive se precavendo de pressões e sanções que possam incidir sobre sua operação (Suchman, 1995). Entretanto, como é possível notar a partir dos achados, o uso dos elementos defensivos não teve destaque, mostrando que as organizações deram preferência a destacar os aspectos positivos em relação aos negativos, mesmo que estes fossem usados como forma de se dissociar do evento negativo, ou como justificativa para sua ocorrência. Esse fato pode refletir uma tendência a omitir informações que sejam relevantes sobre situações que não estejam de acordo com o planejamento e com as estratégias divulgadas.

Como exemplo do uso da dissociação, Aerts (1994) enfatiza que a empresa vincula os resultados positivos ao gerenciamento eficiente de seu negócio e os negativos a fatores externos que não estão sob seu controle. Ainda, Ashforth e Gibbs (1990) citam o fato de que distanciar-se do evento negativo, além de caracterizar gerenciamento de impressão, evidencia o uso de artefato simbólico, pois nem sempre o que é relatado se traduz em práticas administrativas e operacionais. As afirmações dos estudos citados são validadas pelos achados, visto que, a partir das observações feitas, é possível identificar trechos em que a

Samarco responsabiliza a Renova pelas ações reparatórias referentes ao desastre e se apropria das conquistas e avanços dados em busca de seu retorno operacional.

Já se tratando do uso de desculpas, justificativas e pretextos ao elaborar relatórios, os autores Godfrey et al. (2003) e Merkl-Davies et al. (2011) mostram que o gerenciamento de impressão permite neutralizar os danos à legitimidade da organização, artefato utilizado pelas organizações analisadas, que buscaram apresentar e explicar atitudes tomadas, além de selecionar como e quais informações seriam evidenciadas nos relatórios, evitando assim que possíveis consequências sobreviessem à empresa ou à seus gestores.

Nota-se, por fim, que no relatório da Samarco há maior preocupação em dar satisfação aos *stakeholders*, por isso o maior o uso de termos caracterizados como defensivos. Isso pode ser explicado, a partir da análise feita, devido a Samarco ser a empresa que teve a reputação afetada e a Renova ser a intermediária entre os interesses da Samarco e da sociedade/governo, preocupando-se mais em transmitir afirmações assertivas quanto ao que se está sendo feito para validar as ações.

Ademais, é importante salientar que o uso do gerenciamento de impressão pôde ser identificado, como exposto na análise acima, entretanto os dados não permitem que este estudo indique se foi de forma deliberada ou inconsciente. Para isso, é necessário o acompanhamento da elaboração dos relatórios e uma pesquisa mais aprofundada e próxima aos gestores responsáveis.

4.2 Abordagem racional no gerenciamento de impressão

Tendo em vista a concretização do uso do gerenciamento de impressão no tópico anterior, investiga-se, a partir disso, o uso das racionalidades instrumental e substantiva na elaboração das Mensagens da Administração inseridas nos relatórios da Samarco e da Renova referentes ao ano 2019. Os dados, constantes na Tabela 4, mostram a incidência dos códigos e sua frequência no texto analisado. Posteriormente, são abordadas, também, as análises sobre os achados.

Tabela 4:

Frequência dos códigos das racionalidades

Categoria	Subcategoria	Contagem de códigos		Frequência	
		Samarco	Renova	Samarco	Renova
Instrumental	Cálculo	4	-	5.8%	-
	Êxito e resultados	8	2	11.6%	5.6%
	Fins	1	1	1.4%	2.8%
	Maximização de recursos	13	2	18.8%	5.6%
	Utilidade	7	-	10.2%	-
SUBTOTAL		33	5	47.8%	14%
Substantiva	Autenticidade	12	8	17.4%	22.2%
	Entendimento	17	15	24.6%	41.6%
	Valores emancipatórios	7	8	10.2%	22.2%
SUBTOTAL		36	31	52.2%	86%
TOTAL		69	36	100%	100%

Por se tratar de um período em que a legitimidade já havia sido reestruturada em certa medida, como concluído no tópico anterior, é justificável que, no relatório da Samarco, a proporção de uso da racionalidade instrumental seja similar ao da racionalidade substantiva (47.8% e 52.2%, respectivamente).

Esse fato corrobora com a vertente da racionalidade instrumental citada no trabalho de Merkl-Davies et al. (2011) à medida que, para *stakeholders* com interesses financeiros, a

evidenciação de resultados positivos mostra as previsões futuras bem sucedidas da empresa, como o retorno das operações no caso da Samarco, o que os impulsiona a legitimar e validar a importância dessas atividades, não somente pelos avanços tecnológicos e pelas conquistas financeiras, mas também pelo desenvolvimento da comunidade traduzido em mais ofertas de emprego e melhorias na estrutura social, educacional e de saúde local.

Ao tratar da racionalidade instrumental e consequente interesse em evidenciar conquistas econômicas e financeiras, nesse caso, destaca-se a ênfase na maximização de recursos (18.8%), que visa mostrar às partes interessadas os investimentos feitos na organização e salientar a melhora nos processos de segurança e operacionalização da empresa.

Ainda tratando da racionalidade instrumental, observou-se a incidência das subcategorias êxito e resultados, com 11.6%; utilidade, com 10.2%; cálculo, com 5.8%; e fins, com 1.4%. Com esses percentuais, é possível inferir que a empresa, ao utilizar dados econômicos que caracterizam a instrumentalidade na mesma medida que utiliza dados socioambientais, prioriza o uso de informações que evidenciem o valor agregado para a sociedade e não somente resultados financeiros que beneficiam a organização, abordando as conquistas socioambientais e também as econômico-financeiras (Merkl-Davies e Brennan, 2011; Suchman, 1995).

Dessa forma, maximiza-se a utilidade e o valor agregado da organização no contexto social e viabiliza-se o planejamento e controle dos *stakeholders*. Isso faz com que a sociedade seja atingida a partir da evidenciação de dados financeiros e socioambientais, além de fazer com que os relatórios contábeis ultrapassem o campo organizacional, tornando-os acessíveis às partes interessadas para eventual controle social, conforme foi proposto por Tinoco & Kraemer (2011).

Diferentemente da Samarco, e em menor medida, a Renova também utiliza alguns aspectos da racionalidade instrumental para construir sua narrativa, sendo, porém, responsáveis por apenas 14% dos códigos. São eles êxito e resultados, maximização de recursos, cada um com 5.6% dos códigos, e fins, subcategoria responsável por somente 2.6%.

Como percebido, a Renova utilizou em maior proporção de artifícios advindos da racionalidade substantiva, representando 86% dos códigos encontrados. Maior destaque foi dado ao entendimento (41.6%), o que indica preocupação da empresa em se legitimizar a partir de artefatos sociais, possivelmente por ser a organização responsável por tratar diretamente das ações que afetam a população após o incidente ocorrido em 2015.

Assim como nos relatórios da Renova, a Samarco enfatiza também, dentro dos aspectos substantivos, o uso do entendimento (24.6%). O destaque dado a essa subcategoria, que identifica as ações baseadas na normatização compulsória e em consensos racionais, mostra que a organização teve a intenção de agir conforme o esperado pelos *stakeholders*, principalmente a sociedade.

Para Braga e Salotti (2008) e O'Donovan (2002), as decisões tomadas com base no entendimento previnem uma série de prejuízos operacionais e financeiros por buscar atender as expectativas dos *stakeholders*. Isso pode ser reconhecido tanto por atendimento às normas e regras compulsórias, como por diálogos racionais entre as partes interessadas, por intervenções governamentais que determinem a forma ou frequência das divulgações, por regulamentações sobre as ações tomadas pela empresa e, quando cabíveis, por sanções para responsabilização sobre as consequências das mesmas (Archel et al., 2009).

Dessas possibilidades de uso do entendimento, a partir dos dados, infere-se que a organização buscou atender às normas e regras, criou e aperfeiçoou os canais de diálogo entre a organização, governo e sociedade, além de evidenciar, com determinada frequência, as informações relativas a ações e estratégias advindas do diálogo instaurado. Isso mostra que os achados corroboram parcialmente com a literatura nesse aspecto (Braga & Salotti, 2008; O'Donovan, 2002), deixando de evidenciar as sanções aplicadas e dando pouca ênfase às

solicitações governamentais, o que indica maior preocupação em atender as demandas da sociedade, explicando assim a predominância no uso de aspectos substantivos da razão.

Além do entendimento, a Samarco e a Renova utilizam também da autenticidade e dos valores emancipatórios. No caso da Renova, cada uma das duas subcategorias é responsável por 22.2% dos códigos identificados, mostrando interesse em evidenciar a integridade nas suas interações e o engajamento com a mudança e com o bem social.

Já no caso da Samarco, a autenticidade foi responsável por 17.4% dos códigos e os valores emancipatórios por 10.2%. Isso possibilitou que a organização demonstrasse seu empenho em agir com idoneidade em suas atividades e seu comprometimento com valores legitimados pela sociedade.

Ao utilizar a autenticidade e valores emancipatórios, mostrando interesse em serem honestas e confiáveis, além de comprometidas em se adaptar às possíveis mudanças nos valores aceitos pela sociedade, as duas organizações confirmam os resultados de estudos anteriores (Guidry & Patten, 2012; O'Donovan, 2002; Brinkerhoff, 2005; e Suchman, 1995).

Os trabalhos de Guidry & Patten (2012) e O'Donovan (2002) evidenciam que a motivação, para que se demonstre alinhamento com os objetivos das partes interessadas, é conquistar aprovação social e estreitar relações a fim de manter a consecução de suas atividades. Isso é alcançado pelas duas instituições ao endossar veracidade nos processos a partir da contratação de um auditor externo e da criação de uma área gerencial que garanta a integridade das práticas organizacionais.

Por sua vez, Brinkerhoff (2005) e Suchman (1995) mostram que, a partir do momento em que se alinham os objetivos organizacionais com os sociais, é necessário que a organização aguce a percepção de mudança do que é esperado e considerado ético e moral pelos *stakeholders*, a fim de que a legitimidade não seja estremecida. Isso pode ser constatado nos achados a partir da preocupação das duas organizações em salientar o respeito aos direitos humanos, a sustentabilidade e a geração de valor agregado, aspectos relevantes e desejáveis à sociedade.

4.3 Intensidade no uso da racionalidade substantiva

Considerando as análises acima, é possível aprofundar o entendimento sobre o uso das racionalidades estabelecendo o ponto no *continuum* definido por Serva (1996) que posiciona a organização como tendenciosamente mais instrumental ou substantiva.

Tomando como base os percentuais auferidos nas Tabelas 3 e 4, pode-se verificar que a Samarco, a partir de seu relatório referente ao ano 2019, posiciona-se no centro do *continuum*, sendo considerada, dessa forma, como equilibrada na média devido ao uso da racionalidade instrumental e substantiva.

Essa definição corrobora com o entendimento de que essa organização utiliza aspectos financeiros e sociais em conjunto para se posicionar perante a sociedade e demonstrar seus resultados, sem dar ênfase a um em detrimento do outro. Esse fato mostra que ela não salienta conquistas sociais e ambientais para adquirir confiança, o que permite inferir que ela está em busca de manter a legitimidade recuperada ao longo dos anos após o desastre.

Já levando em conta a frequência no uso da racionalidade substantiva no relatório referente ao ano 2019 da Renova, evidencia-se que essa se encontra mais à direita do *continuum*, mais precisamente como organização que usa de forma muito elevada os artefatos substantivos da razão.

Sendo assim, é possível inferir que a organização continua em busca de obter legitimidade, pois utiliza suas conquistas socioambientais para conquistar o reconhecimento e validade de suas atividades perante as partes interessadas.

O posicionamento das duas organizações, uma como utilizando de forma mediana a racionalidade substantiva e a outra tendo seu uso considerado muito elevado, concorda com o

trabalho de Magness (2006), em que a maior utilização de informações socioambientais é característica de organizações mais propensas a danos causados por suas atividades às partes interessadas. Dessa forma, justificam-se as respostas dadas pelas organizações às pressões governamentais e sociais, em uma busca constante por aperfeiçoamento e garantia de sua legitimidade.

5. Considerações finais

O objetivo do estudo foi investigar a abordagem racional predominante no uso de gerenciamento de impressão nas narrativas presentes nos relatórios socioambientais da Samarco Mineração S.A. e Fundação Renova, a partir da lente da Teoria da Legitimidade.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa permitem concluir que as duas organizações analisadas utilizaram o gerenciamento de impressão para influenciar na percepção de seus *stakeholders*. O uso desse artefato se deu, principalmente, a partir de elementos assertivos que visam destacar as conquistas e resultados positivos da organização em detrimento de afirmativas defensivas, que buscam amenizar os impactos negativos causados pela operação organizacional (78.6% de assertivas e 21.4% de defensivas para a Samarco e 97.4% de assertivas e 2.6% defensivas para a Renova).

Ainda, a partir dos dados, foi possível identificar uma discrepância na utilização das racionalidades instrumental e substantiva nos relatórios das duas organizações. Na Samarco, a utilização das duas racionalidades se deu de forma semelhante, o que fez com que a organização se posicionasse como média no *continuum* determinado por Serva (1996) que mede a intensidade da racionalidade substantiva na organização.

Em comparação com a Renova, esses percentuais tiveram relevante alteração, evidenciando, então, que essa teve o uso muito elevado de elementos da razão substantiva na confecção de seus relatórios, de acordo com o *continuum* de Serva (1996). Isso é fundamentado pelo índice de 86% de aspectos substantivos evidentes no relatório analisado em comparação a 14% de aspectos instrumentais.

Pode-se inferir que essa diferença se dá pela Samarco ter se distanciado do evento ocorrido, uma estratégia utilizada para recuperação da legitimidade segundo Aerts (1994), Ashforth e Gibbs (1990) e Kibler et al. (2017). Isso fez com que ela não tivesse a necessidade de utilizar tantos elementos substantivos para gerenciar sua legitimidade como a Renova, que utilizou, em larga escala, de aspectos socioambientais para justificar a importância de sua atividade, principalmente se mostrando preocupada em atender às demandas sociais a partir de ações reparatórias às comunidades afetadas.

Sendo assim, este estudo permite considerar que, a partir da análise do caso da Samarco e Renova, quando a organização utiliza a dissociação como forma de gerenciar sua legitimidade, o uso da racionalidade substantiva não é priorizado, sendo então semelhante ao uso de aspectos instrumentais da razão. Diferentemente, a Renova, por não se dissociar do evento e assumir a responsabilidade pelo desastre, faz uso de elementos sociais que tratam dos impactos sofridos e das reparações que são feitas tanto nos processos operacionais, como no aumento da segurança das atividades e na melhoria das estruturas de apoio às comunidades afetadas.

Essas conclusões contribuem para o avanço da Teoria da Legitimidade, pois enfatizam a importância do uso de aspectos socioambientais juntamente com aspectos econômico-financeiros para a recuperação da legitimidade de organizações perante seus *stakeholders*, principalmente por tratar de uma organização que pretende manter a operação de suas atividades, evidenciando assim quais são as estratégias utilizadas para adquirir e manter a confiança e integridade de suas ações mediante a sociedade.

Ainda, como proposto, este trabalho preenche a lacuna na pesquisa de Theiss e Beuren (2019), pois mostra a importância de se analisar a empresa impactada por um evento negativo

e, como nesse caso houve a dissociação a partir da criação de uma organização responsável pelas ações reparatórias, analisar as principais diferenças racionais na elaboração de seus relatórios, considerando o uso do gerenciamento de impressão.

Ademais, este estudo mostra a possibilidade de se analisar, conjuntamente, aspectos do gerenciamento de impressão, suas motivações e a abordagem racional utilizada para que seu uso seja efetivo e promova real mudança na percepção da imagem da organização frente aos *stakeholders*.

A principal limitação desta pesquisa se dá ao fato de que ela não permite inferir sobre a intencionalidade ou não do uso do gerenciamento de impressão pelos seus responsáveis. Para que isso seja superado, identifica-se como oportunidade para futuras pesquisas a possibilidade de se investigar, junto aos gestores encarregados pela elaboração dos relatórios, suas intenções e os objetivos a serem alcançados com a evidenciação de tais informações.

Por fim, como sugestão para pesquisas futuras, têm-se a possibilidade de analisar as mensagens da administração no decorrer do tempo, desde o período anterior a determinado evento negativo até o período em que a organização esteja em fase de manter a legitimidade recuperada, possibilitando assim que as principais diferenças sejam pontuadas. Ainda, essa comparação pode ser feita com organizações do mesmo ramo que não tenham passado por eventos negativos, mas que sofreram com o impacto, e, também, com empresas de ramos diferentes, a fim de evidenciar a incidência maior ou menor de elementos característicos da racionalidade substantiva em seus relatórios.

Referências

- Aerts, W. (1994). On the use of accounting logic as an explanatory category in narrative accounting disclosures. *Accounting, organizations and society*, 19(4-5), 337–353. doi: 10.1016/0361-3682(94)90001-9
- Archel, P., Husillos, J., Larrinada, C., & Spence, C. (2009). Social disclosure, legitimacy theory and the role of the state. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 22(8), 1284-1307. doi: 10.1108/09513570910999319
- Ashforth, B. E., & Gibbs, B. W. (1990). The double-edged of organizational legitimation. *Organization science*, 1(2), 177–194. doi: 10.1287/orsc.1.2.177
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3a ed.). Lisboa: Edições 70
- Bauer, M. W., Gaskell, G., & Allum, N. (2002). Qualidade, quantidade e interesses no conhecimento: Evitando confusões. In: Bauer, M. W., & Gaskell, G. (Orgs.). *Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som – um manual prático* (8a ed., Cap. 1, pp. 17-36). Petrópolis: Vozes
- Bolino, M.C., Kacmar, K.M., Turnley, W.H. & Gilstrap, J.B. (2008). A multi-level review of impression management motives and behaviors. *Journal of Management*, 34(6), 1080-1109. doi: 10.1177/0149206308324325
- Bozeman, D. P., & Kacmar, K. M. (1997). A cybernetic model of impression management processes in organizations. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 69(1) 9-30.
- Braga, J. P., & Salotti, B. M. (2008). Relação entre nível de disclosure ambiental e características corporativas de empresas no Brasil. In: Anais. São Paulo: EAC/FEA/USP.

- Brinkerhoff, D. W. (2005). Organizational legitimacy, capacity and capacity development. (Discussion paper 58A). Lawrence, KS: ECDPM
- Clatworthy, M., & Jones, M. J. (2003). Financial reporting of good news and bad news: Evidence from accounting narratives. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 33(3), 171-185. doi: 10.1080/00014788.2003.9729645
- Deegan, C. (2002). The legitimizing effect of social and environmental disclosures. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 282–311. doi: 10.1108/09513570210435852
- Deegan, C. (2019). Legitimacy theory: Despite its enduring popularity and contribution, time is right for a necessary makeover. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 32(8), 2307-2329. doi: 10.1108/AAAJ-08-2018-3638
- Deloitte (2020). *Valor além do compliance: Uma nova abordagem de criação de valor para mineradoras, governos e comunidades no Brasil*. Recuperado de <https://www2.deloitte.com/content/dam/Deloitte/br/Documents/energy-resources/Deloitte-valor-alem-compliance.pdf>
- Flick, U. (2004). Uma introdução à pesquisa qualitativa (2a ed.). Porto Alegre: Bookman
- Freeman, R., E. (1984). Strategic management: A stakeholder approach. Cambridge: University Press
- Fundação Renova (2020). Relatório da administração e demonstrações financeiras 2019. Brasil.
- Gil, A. C. (2010). Como elaborar projetos de pesquisa (5a ed.). São Paulo: Atlas
- Godfrey, J. M., Mather, P., & Ramsay, A. L. (2003). Earnings and impression management in financial reports: The case of CEO changes. *Abacus*, 39(1), 95–123. doi: 10.2139/ssrn.248183
- Guidry, R. P., & Patten, D. M. (2012). Voluntary disclosure theory and financial control variables: An assessment of recent environmental disclosure research. *Accounting Forum*, 36(2), 81–90. doi: 10.1016/j.accfor.2012.03.002
- Hines, R. D. (1989). The sociopolitical paradigm in financial accounting research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 2(1), 52–76. doi: 10.1108/09513578910134671
- Kibler, E., Mandl, C., Kautonen, T., & Berger, E. S. C. (2017). Attributes of legitimate venture failure impressions. *Journal of Business Venturing*, 32(2), 145-161. doi: 10.1016/j.jbusvent.2017.01.003
- Magness, V. (2006). Strategic posture, financial performance and environmental disclosure: An empirical test of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 19(4), 540–563. doi: 10.1108/09513570610679128

- Mata, C., Fialho, A., & Eugénio, T. (2015). Análise longitudinal da investigação em contabilidade sobre relato ambiental. In: Santos, M. J. N.; Seabra, F. M. (Coord.). *Gestão Socialmente Responsável*. Lisboa: Edições Sílabo
- Merkel-Davies, D. M., Brennan, N. M., & McLeay, S. J. (2011). Impression management and retrospective sense-making in corporate narratives. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 24(3), 315-344. doi 10.1108/0951357111124036
- Merkel-Davies, D. M., & Brennan, N. M. (2011). A conceptual framework of impression management: New insights from psychology, sociology and critical perspectives. *Accounting and Business Research*, 41(5), 415-437. doi: 10.1080/00014788.2011.574222
- Merriam, S. B. (2002). Introduction to qualitative research. In: Merriam, S. B., & Associates (Org.). *Qualitative research in practice: Examples for discussion and analysis*. San Francisco, CA: Jossey-Bass
- Moreira, R. de L. (2018). Impression management strategies: The effects of attribution and presentation order. (Tese de Doutorado). Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa - EBAPE, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24500>
- O'Donovan, G. (2002). Environmental disclosures in the annual report: Extending the applicability and predictive power of legitimacy theory. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 15(3), 344-371. doi: 10.1108/09513570210435870
- Ogden, S., & Clarke, J. (2005). Customer disclosures, impression management and the construction of legitimacy. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 18(3), 313-345. doi: 10.1108/09513570510600729
- Patten, D. M. (1992). Intra-industry environmental disclosures in response to the Alaskan oil spill: A note on legitimacy theory. *Accounting, Organizations and Society*, 17(5), 471-475. doi: 10.1016/0361-3682(92)90042-Q
- Pires, M. A., Mourão, L., Oliveira, F. B. de, Santa'Anna, A. de S., & Arrigoni, F. J. (2018). (Ir)responsabilidade social empresarial: O desastre ambiental de Mariana-MG de acordo com a visão dos moradores de cinco cidades afetadas. In: EnANPAD. Curitiba/PR.
- Prno, J., & Slocombe, D. S. (2012). Exploring the origins of 'social license to operate' in the mining sector: Perspectives from governance and sustainability theories. *Resources Policy*, 37(3), 346-357. doi: 10.1016/j.resourpol.2012.04.002
- Samarco Mineração S. A. (2017). Relatório bienal 2015-2016. Brasil.
- Samarco Mineração S. A. (2020). Relatório de administração e demonstrações financeiras 2019. Brasil.
- Selznick, P. (1952). *The organization weapon: A study of bolshevik strategy and tactics*. Santa Mônica/CA: The RAND Corporation
- Serva, M. (1996). *Racionalidade e organizações: O fenômeno das organizações substantivas*. (Tese de Doutorado). Escola de Administração de Empresas de São Paulo/Fundação Getúlio Vargas - EAESP/FGV, São Paulo, SP, Brasil.

- Serva, M. (1997). A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. *Revista de Administração de Empresas*, 37(2), 18-30. doi: 10.1590/S0034-75901997000200003
- Suchman, M. C. (1995). Managing legitimacy: Strategic and institutional approaches. *Academy of Management Review*, 20(3), 571–610. doi: 10.2307/258788
- Theiss, V., & Beuren I. M. (2019). Racionalidades do gerenciamento de impressão: Análise das narrativas contábeis da Samarco Mineração S.A. pelo rompimento da barragem de rejeitos. In: XIX USP International Conference in Accounting. São Paulo/SP.
- Tinoco, J. E. P., & Kraemer, M. E. P. (2011). Contabilidade e gestão ambiental (3a ed.). São Paulo: Atlas
- Tomer, J. (2008). Beyond the rationality of economic man, toward the true rationality of human man. *Journal of Socio-Economics*, 37(5), 1703–1712. doi: 10.1016/j.socec.2008.05.001
- Vilhena, J. M. de (2019). *Modelo de integração das questões sociais no desenvolvimento de megaprojetos no setor de mineração: Um caminho para a construção da Licença Social para Operar*. (Dissertação de Mestrado). Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Villiers, C. de, & Staden, C. J. van (2006). Can less environmental disclosure have a legitimising effect? Evidence from Africa. *Accounting, Organizations and Society*, 31(8), 763–781. doi: 10.1016/j.aos.2006.03.001
- Weber, M. (1968). *Economy and society* (vol. 3). Towata, Japan: Bedminster Press